

# Esporte da periferia x esporte na periferia: considerações iniciais

Prof. Ms. Evandro Brandão Secco<sup>1</sup>

Prof. Dr. Dennis de Oliveira<sup>2</sup>

O presente ensaio pretende explorar o fenômeno cultural “esporte” e suas peculiaridades na sociedade capitalista, especialmente, nas periferias, onde costuma se valer de um discurso funcionalista, redentor das mazelas sociais e, por vezes, único caminho para o jovem desprovido de oportunidades de ascensão social. O objetivo do texto consiste em apresentar algumas distorções sobre o entendimento e o desenvolvimento do esporte, especialmente nas periferias das grandes cidades, ignorando sua importância enquanto elemento da cultura corporal e direito social constitucional, em oposição ao estímulo de uma prática alinhada com os princípios da sociedade capitalista, valorizando a competição e a exclusão social, apresentando uma falsa imagem do esporte como uma esfera onde as forças sociais se equivalem a as desigualdades não existem.

**Palavras-chave:** Esporte; Políticas Públicas; Capitalismo; Exclusão Social; Direito Social.

## *Sports of the periphery x sports in the periphery: initial considerations*

The present essay intends to explore the cultural phenomenon “sport” and its peculiarities in capitalist society, especially in the peripheries, where it usually uses a functionalist discourse, redemptive of social ills and, sometimes, the only way for young people without opportunities for social advancement. The aim of the text is to present some distortions on the understanding and development of sport, especially in the peripheries of large cities, ignoring its importance as an element of body culture and constitutional social law, as opposed to stimulating a practice aligned with the principles of capitalist society, valuing competition and social exclusion, presenting a false image of sport as a sphere where social forces are equivalent to inequalities do not exist.

**Keywords:** Sport; Public policy; Capitalism; Social exclusion; Social Law.

## *Deportes de la periferia x deportes em la periferia: consideraciones iniciales*


El presente ensayo pretende explorar el fenómeno cultural “deporte” y sus peculiaridades en la sociedad capitalista, especialmente en las periferias, donde suele utilizar un discurso funcionalista, redentor de males sociales y, en ocasiones, único camino para jóvenes sin oportunidades. para el avance social. El objetivo del texto es presentar algunas distorsiones sobre la comprensión y desarrollo del deporte, especialmente en las periferias de las grandes ciudades, ignorando su importancia como elemento de cultura corporal y derecho social constitucional, frente a estimular una práctica alineada con los principios. de la sociedad capitalista, valorando la competencia y la exclusión social, presentando una falsa imagen del deporte como un ámbito donde no existen fuerzas sociales equivalentes a desigualdades.

**Palabras llave:** Deporte; Políticas públicas; Capitalismo; Exclusión social; Derecho social.

1 Licenciado em Educação Física, Mestre em Ciências da Atividade Física (2019) e doutorando do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política, ambos da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Atualmente é gestor de políticas públicas de esporte e lazer no município de São Bernardo do Campo.

 <https://orcid.org/0000-0002-4819-0304>

2 Professor livre-docente em Jornalismo, Informação e Sociedade pela ECA/USP, graduado em Comunicação Social (1986) e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1998), é professor do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

 <https://orcid.org/0000-0002-4681-4662>



## Esporte e a sociedade capitalista

O fenômeno cultural “esporte”, tal como conhecemos atualmente, presente nas mais diferentes sociedades, tem por característica principal a existência de regras e modo de praticar idênticos, independentemente do local e do contexto em que se encontra.

Bracht (2005), ao discorrer sobre a gênese do esporte moderno, alerta para a sua estreita relação com o fenômeno capitalismo, especialmente quando consideramos seu surgimento em meados do século XVIII, se intensificando no final do século XIX e se consolidando no século XX, a partir do movimento oriundo da cultura corporal de movimento da nobreza da Inglaterra.

O autor apresenta uma gradativa substituição da cultura corporal do movimento, marcada por certa liberdade de expressão e peculiaridades locais, por uma prática sistemática, com regras universais e muito adequada ao novo modelo de sociedade que se forjava a partir de então, condizente com os processos de industrialização e urbanização. Esse movimento que se inicia na Europa, e se multiplica por mundo ocidental, tem como difusor principal a escola pública, introduzindo e determinando quais os conteúdos deveriam ser priorizados para a consolidação dessa nova sociedade capitalista (Bracht, 2005).

Nesse contexto, se recorrermos às contribuições de Althusser (1999), em sua discussão sobre os aparelhos ideológicos do Estado, é possível identificar a escola como um desses aparelhos, inclusive com capacidade para disseminar valores e práticas alinhados com a ideologia dominante, no caso específico, reproduzindo os valores inerentes ao sistema capitalista.

Althusser (1999), lembra que a escola assume, por vezes, papel fundamental na formação da mão de obra necessária à manutenção do sistema econômico em que ela está inserida. Um dos aspectos que evidenciam isso é a preocupação da escola em reproduzir conteúdos que nem sempre apresentam relação com a vida dos alunos, assim como, priorizar práticas e comportamentos que reforçam a disciplina, controle de horários, regras e padrões determinados por um grupo dominante como modelo a ser imposto aos demais membros da sociedade.

Ante tal contexto, e em alinhamento com as contribuições de Mascaro (2013), não se pode ignorar a existência de uma estreita ligação entre o poder institucional do Estado e o sistema econômico, assim como, é necessário considerar que a relação que se estabelece entre o sistema econômico e o sistema político, principalmente pela penetração do poder econômico nas instituições estatais como a escola, a família, igrejas, sindicatos, dentre outros, é o que possibilita a manutenção da hegemonia capitalista, regulando as forças sociais e contribuindo com a manutenção do poder vigente.

Frente a tais considerações, é possível analisar que o sistema escolar, pode atuar como instrumento de reprodução de determinado modelo de prática esportiva, conveniente para um sistema político e econômico. Sobre essa possibilidade, Bracht (1992) alerta sobre a recorrente opção da Escola em desenvolver um modelo de aula de Educação Física estruturado a partir do “esporte de alto rendimento”, estimulando assim o entendimento de que esse modelo



é o mais importante que os demais, especialmente aqueles que fazem parte da cultura corporal local de determinada comunidade.

Lembra o autor que isso ainda impacta nos momentos de lazer das pessoas, visto que, mesmo nos momentos de tempo livre, onde seria possível escolher e vivenciar práticas prazerosas, prevalece a busca pela reprodução dos gestos técnicos e o respeito às regras universais do esporte, muitas vezes sem a devida reflexão sobre o porquê dessa atitude (Bracht, 1992).

Em obra que busca apresentar uma metodologia crítica em relação a esse cenário de reprodução dos valores capitalistas na escola, em especial nas aulas de educação física, o Coletivo de Autores (1992), sintetiza muito bem essa tendência da escola em se apropriar do esporte convencional, espelhado no modelo de alto rendimento, utilizando-o como conteúdo principal, sem contextualizar ou considerar o mesmo como um elemento de reprodução dos princípios e valores inerentes à sociedade capitalista:

Sendo uma produção histórico-cultural, o esporte subordina-se aos códigos e significados que lhe imprime a sociedade capitalista e, por isso, não pode ser afastado das condições a ela inerentes, especialmente no momento em que se lhe atribuem valores educativos para justificá-lo no currículo escolar. No entanto, as características com que se reveste — exigência de um máximo rendimento atlético, norma de comparação do rendimento que idealiza o princípio de sobrepujar, regulamentação rígida (aceita no nível da competição máxima, as olimpíadas) e racionalização dos meios e técnicas — revelam que o processo educativo por ele provocado reproduz, inevitavelmente, as desigualdades sociais. Por essa razão, pode ser considerado uma forma de controle social, pela adaptação do praticante aos valores e normas dominantes defendidos para a “funcionalidade” e desenvolvimento da sociedade (Coletivo de autores, 1992, p. 48-49).

Considerando o esporte como uma manifestação cultural importante da nossa sociedade, os autores alertam para a necessidade de se repensar o modelo de trabalho dessa manifestação se o objetivo for a transformação da sociedade. Primeiramente é fundamental reconhecer o seu potencial educativo, priorizando no trabalho os valores que privilegiam o sucesso coletivo e reduzindo a importância do progresso individual a qualquer custo. Além disso, valores como a solidariedade e o respeito à diversidade devem ser observados, questionando e, se preciso, modificando as regras e gestos técnicos para possibilitar a ampla participação e aprendizagem dos educandos (Coletivo de autores, 1992).

Outros autores<sup>3</sup> também apresentaram propostas progressistas para o desenvolvimento das aulas de Educação Física no âmbito escolar, no entanto, apesar do avanço nas discussões e correntes de pensamento, no que diz respeito ao registro de experiências práticas de metodologias transformadoras, não se verifica mesma velocidade. Maior dificuldade ainda

---

3 Darido (2003) sintetiza diferentes correntes de pensamento e propostas de trabalho para as aulas de Educação Física escolar, apresentando os respectivos fundamentos de cada uma das teorias.



verificamos quando tratamos da prática esportiva fora do ambiente escolar, neste caso, a reflexão sobre qual esporte possibilita a transformação social ainda carece de reflexão e pesquisa.

Se o recorte social for mais específico, no caso, crianças, adolescentes e jovens que vivem nas periferias do nosso país, o discurso do esporte enquanto instrumento para acomodação social é muito mais evidente do que nos estudos relacionados à prática esportiva escolar. Revisitando artigos e textos relacionados ao desenvolvimento do esporte para grupos menos privilegiados economicamente, é comum identificar uma prática que ignora a cultura local, considerando a prática esportiva tradicional como a única forma possível de se atuar junto às pessoas que se encontram em vulnerabilidade social.

A seguir, pretende-se apresentar reflexões sobre estudos que tendem a reproduzir um discurso que defende a utilização do esporte, mas não valoriza sua importância enquanto direito social constitucional. Veremos uma tendência em abordar o esporte a partir de um viés funcionalista, apaziguador das desigualdades sociais, especialmente nas regiões periféricas das grandes cidades do nosso país, ignorando totalmente o potencial emancipatório que esse elemento da cultura corporal humana possui.

No entanto, antes de aprofundarmos as discussões, cabe ressaltar que o presente texto trata-se de uma revisão de literatura (Gil, 2008; Severino, 2007), estruturada de acordo com os princípios da pesquisa de caráter qualitativa (Minayo, 1994) e consultas a artigos e livros relacionados ao tema, selecionados com o critério de representatividade e acessibilidade (Bruyne, Herman & Schoutheete, 1991), em conformidade com os objetivos da disciplina de Estado e Mudança Social, ministrada pelo Prof. Dr. Dennis de Oliveira.

## Esporte na Periferia

Importante salientar que o presente texto não pretende conceituar ou estabelecer um novo entendimento para o esporte, tão pouco definir um conceito de periferia. Considerando as inúmeras particularidades que o termo é capaz de agregar, sem ignorar todos os significados culturais, históricos e sociais que permeiam o termo periferia, adotamos para nossa reflexão o conceito apresentado por D'Andrea (2020) no sentido de que, em relação a periferia, especialmente nos últimos quarenta anos, é necessário considerar que seu entendimento está fundamentalmente relacionado com a desigualdade na distribuição da riqueza em determinada sociedade.

Neste sentido, é possível perceber que o impacto do poder econômico na organização da sociedade atual, principalmente na vida das pessoas que moram na periferia, tem se mostrado cada vez mais presente. Em termos históricos, Oliveira, Souza, Moraes e Caires (2020) alertam para a transição de uma periferia com características essencialmente operárias, presente nas grandes cidades até a década de 1980, para uma periferia que se pode chamar de “precária”, pois as mínimas condições de trabalho digno acabam por impor uma exclusão social na vida das pessoas que residem nas regiões menos interessantes para o poder econômico vigente.



Lembram os autores que, especialmente para as pessoas mais jovens, a desigualdade na oferta de oportunidades de trabalho e estudo, em conformidade com a região onde moram, somada a outras situações como a violência policial, tem proporcionado o surgimento de um movimento social interessante, no sentido de fortalecer e valorizar a existência de uma cultura específica da periferia. Esse movimento cultural, que se reflete em práticas e ações simbólicas de resistência, comumente observadas em movimentos da “cultura *black*” e, mais recentemente, nos coletivos e grupos de interesse organizados, tem por principal característica a defesa de causas sociais em comum, questionando o sistema social excludente (Oliveira *et al.*, 2020).

Interessante destacar que, enquanto é possível identificar no âmbito cultural um ou mais movimentos de resistência e oposição ao sistema que promove a exclusão e a acomodação social, quando falamos sobre as manifestações esportivas, o cenário nos parece muito diferente, inclusive nas periferias. O poder disciplinador do esporte, aliado com a massificação dos valores a ele vinculados, penetram todas as classes sociais de modo muito parecido, sendo por vezes, mais evidente nas regiões economicamente menos favorecidas.

Relevante destacar que isso não se trata de um fenômeno recente, pelo contrário, como já abordamos anteriormente, o esporte tal como conhecemos nos dias de hoje, tem sua origem estritamente vinculada ao nascimento e fortalecimento da sociedade capitalista, absorvendo da rotina do trabalho nas indústrias, valores como a repetição, a disciplina, o respeito às regras, o trabalho em equipe, dentre outros (Bracht, 2005).

Santos (2018), ao falar sobre a chegada do futebol em nosso país, no final do século XIX, retrata que inicialmente, as elites da época procuravam forjar um modelo para o jovem brasileiro como um espelho do europeu, no entanto, ao mesmo tempo que a modalidade crescia nos clubes e agremiações da elite das grandes cidades, o esporte avançava na mesma velocidade nos campos de várzea e nas periferias das cidades.

Lembra o autor que, as primeiras experiências unindo os praticantes da periferia com atletas dos clubes da elite, eram intermediadas pelas grandes fábricas, que promoviam a modalidade junto aos seus trabalhadores como forma de reforçar a disciplina e o respeito às diferenças sociais. Um aspecto interessante sobre esse momento histórico refere-se, por exemplo, à existência de regras diferentes para brancos e negros e a impossibilidade de jogadores negros atuarem em muitos clubes fundados e mantidos pela elite branca (Santos, 2018).

Quase um século mais tarde, quando o autor apresenta considerações sobre os clubes de futebol a partir da década de 1990, já se observa um contexto diferente. Após uma exclusão inicial e uma gradativa acomodação ao longo dos anos, os clubes agora passam a atuar de forma redentora das desigualdades promovidas pela sociedade. Em um contexto em que prevalece a violência e a exclusão social, o futebol se apresenta como uma alternativa para suprir a ausência das políticas públicas do Estado. Isso fica evidente, por exemplo, no trecho que o autor retrata o surgimento do Nova Iguaçu Futebol Clube:

A Baixada nos anos da década de 1990 era conhecida como um lugar perigoso, pois havia guerras diárias e grupos de extermínio agindo nas cidades da região. Nesse contexto, o clube surgiu com a missão de resgatar jovens e crianças da extrema pobreza e da



violência, por meio de sua escolinha, ou seja, desempenhar um papel social que pouco se via partir das políticas do poder público (Santos, 2018, p. 45).

É possível identificar nesse exemplo, um exemplo deturpado da importância do esporte enquanto direito social, visto que os clubes, entidades privadas, fortalecem sua imagem social ocupando um espaço deixado pela ausência de políticas públicas. Merece destaque ainda, o fato de que, por vezes, ocupar o lugar do governo na oferta de atividades esportivas com o objetivo de promover uma ideia de igualdade de oportunidades sociais, acaba por esconder relações promiscuas entre diretores e presidentes de clubes com os políticos locais, inclusive envolvendo utilização de recursos públicos (Santos, 2018).

Esse movimento, presente na origem de muitos clubes de futebol em nosso país, passou a dividir, nos últimos anos, o protagonismo com outros atores. Em estudo sobre o discurso das ONGs (Organizações não-governamentais) que atuam com o esporte na infância e na juventude, Pinto e Oliveira (2017) identificaram um movimento de maior valorização do trabalho realizado pelas entidades do que dos benefícios recebidos pelas pessoas atendidas. O espaço ocupado por essas organizações, que cresceu junto com o movimento neoliberal a partir dos anos de 1990, se consolida a partir da redução e da ineficiência da atuação do Estado perante seus tutelados, em especial, as crianças, adolescentes e jovens.

As autoras lembram que, muitas vezes, as ONGs acabam por se tornar um apêndice do Estado, atuando dentro de uma perspectiva de privatização de um serviço público e tentam oferecer aquilo que o Estado não consegue. No que diz respeito ao esporte, o discurso da inclusão social, concomitantemente à valorização de conceitos como cidadania, disciplina, respeito às regras, aparecem tanto nas propostas de trabalho, quanto na missão e nos objetivos das entidades estudadas (Pinto & Oliveira, 2017).

Ainda sobre o tema, o texto mostra que esse discurso pouco contribui para a reversão do quadro de desigualdade de acesso ao esporte enquanto direito social, tão pouco, são relevantes enquanto possibilidade de política pública. Muitas vezes, essa proximidade com os entes governamentais acaba por promover o entendimento de que os moradores da periferia precisam de um atendimento especializado, principalmente no que tange a disciplina, que o governo não é capaz de oferecer (Pinto & Oliveira, 2017).

Reforçar o entendimento do esporte enquanto instrumento capaz de disciplinar o jovem também aparece quando o tema é a diminuição da criminalidade e a exposição dos jovens de periferia ao crime organizado. Silva (2018), em estudo sobre a capacidade do esporte em afastar os jovens do tráfico de drogas, destaca a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, para reforçar o direito já previsto na Constituição Federal.

Considerando a Teoria da Vulnerabilidade, que compreende que a falta de oportunidades educacionais e formativas podem contribuir para uma aproximação do jovem com o crime, a autora aponta a ausência do Estado em oferecer mínimas condições de vida, tanto em relação ao esporte e lazer, quanto em relação à formação escolar, como elementos que contribuem para aproximar o jovem em situação de vulnerabilidade social do crime (Silva, 2018).



É fato que essa aproximação faz sentido, além da carência de momentos e vivências no esporte, o jovem da periferia também é privado de inúmeras outras situações e direitos que são fundamentais a sua formação enquanto cidadão, compreendendo desde à ausência de uma alimentação adequada, passando por precárias condições de moradia, saneamento básico e segurança.

No entanto, o ponto que se deve questionar corresponde ao fato de que, ao se promover um discurso redentor da prática esportiva, como único caminho para afastar os jovens da periferia das drogas e da criminalidade, conduz ao entendimento de que, aqueles jovens que não tiveram acesso ao esporte, ou até aqueles que tiveram acesso, mediante a vivência oferecida por uma ONG ou clube da comunidade, mas não obtiveram êxito na prática esportiva, pelo fato de eventualmente não se tornar um atleta de sucesso, devem se conformar com as condições sociais a que está submetido, excluído da sociedade.

Além do discurso do esporte como um elemento de superação e ascensão social, outro exemplo distorcido de desenvolvimento do esporte na periferia diz respeito apenas a sua capacidade de promover hábitos saudáveis junto àqueles que estão privados de grande parte dos direitos sociais. Importante salientar que isso não é uma novidade, visto que, como afirma Guiraldelli Júnior (1991), já no início do século XX, a educação física e o esporte foram promovidos, principalmente nas escolas e clubes, dentro de uma perspectiva “higienista”, ou seja, defendendo a prática de atividade física para contribuir com a diminuição de doenças e demais mazelas sociais provocadas pelos maus hábitos de vida.

Antonio e Almeida (2013), em artigo sobre a importância do esporte na vida de crianças carentes, trazem para o debate essa preocupação, reconhecendo que o Estado não consegue oferecer o esporte e práticas regulares de atividade física para todos os seus tutelados, eles demonstram os prejuízos para a saúde, principalmente dos mais jovens. Neste sentido, os autores defendem a necessidade de se assegurar esse direito às crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza, visto a contribuir com a saúde dos futuros adultos.

Demonstrando os inúmeros benefícios que a prática esportiva oferece aos menores, passando pelos aspectos biológicos, psíquicos e sociais, os autores também destacam o papel do esporte enquanto instrumento de inclusão social, no entanto, ao concluir suas considerações, acabam por defender a intervenção junto aos menos privilegiados ainda com um viés funcionalista, recorrendo ao discurso de captação de talentos para o desporto de alto rendimento ou a formação de cidadãos disciplinados e com hábitos de vida saudáveis (Antonio & Almeida, 2013).

Esse entendimento prevalece também no discurso dos profissionais de educação física, como nos apresentam Vianna e Lovisolo (2011), em pesquisa com os educadores sobre a inserção social através do esporte nas comunidades carentes do Rio de Janeiro. Um ponto interessante identificado na pesquisa reside no fato de que os profissionais, mesmo reconhecendo a importância do esporte na sua própria vida, não conseguem vislumbrar os benefícios e a possibilidade de transformação social na vida das crianças e jovens que participam dos projetos por eles desenvolvidos.

Para os autores, o esporte poderia contribuir ainda mais com a inclusão social se os profissionais tivessem consciência do seu potencial, especialmente junto aos mais vulneráveis.



Embora indiquem os benefícios da prática de esportes na formação dos alunos e apontem o interesse e a disposição dos jovens para aprofundar os conhecimentos no esporte em busca de mobilidade social, os professores entrevistados parecem não perceber que o impacto que o esporte teve em sua própria formação profissional também pode ser empregado para a evolução social e profissional dos alunos. Ex-atletas e formados em nível superior, os participantes relataram a influência do esporte na escolha da profissão. A vivência esportiva parece ter contribuído para a ampliação dos anos de escolaridade e aprofundamento nos conhecimentos escolares destes indivíduos, o que resultou em mobilidade social dos mesmos quando comparados com o nível de escolaridade e a profissão de seus pais (80% dos pais dos entrevistados não chegaram a iniciar o nível superior) (Vianna & Lovisoló, 2011, p. 294).

Evidentemente que a ascensão social por méritos próprios é necessária e importante, no entanto, como nos lembra Oliveira (2016), considerando o esporte enquanto uma das instituições que se prestam a reproduzir os valores do capitalismo, estimular a vitória dentro de um jogo, em que a pessoa depende apenas do seu próprio esforço para superar as dificuldades que o sistema lhe impõe, nada mais é do que mascarar a desigualdade instituída pelo próprio sistema.

(...) As hierarquias sociais são constituídas a partir de valores como sucesso, conquista, competência, entre outros. Tais valores aparentam a existência de um cenário de disputa igualitária – e este é o elemento mais sedutor da civilização capitalista – em que a vitória é produto da competência. Todas as instituições da civilização capitalista – família, escola, religião, saúde etc. – preparam ou aconselham o indivíduo a se “dar bem” neste cenário. Esta necessidade de sucesso gera, inclusive, novas possibilidades de oferecimento mercadológico de tais serviços (Oliveira, 2016, p. 25).

Vencer o “jogo da vida” superando todas as inúmeras dificuldades que se apresentam, respeitando fielmente as regras, é o fundamento de trabalho de muitas ONGs, inclusive, fundadas por atletas que superaram todas as dificuldades presentes na sociedade e não sucumbiram às mazelas sociais presentes nas periferias. Utilizar o esporte enquanto instrumento de superação, capaz de reverter um quadro de desigualdades apenas pelo esforço individual, atribui ao esporte uma responsabilidade que não lhe pertence, além de retirar dele a capacidade real de transformar a vida das pessoas apenas pelo exercício da sua prática.

Pinto e Oliveira (2017) identificaram nos sites de ONGs, um padrão na apresentação de imagens e publicação de conteúdo, valorizando as pessoas que venceram no esporte e na sociedade, publicando fotos de atividades desenvolvidas junto às comunidades carentes, reproduzindo momentos em que os beneficiados das ONGs participam de atividades esportivas tradicionais, sempre uniformizados, recebendo premiações como medalhas e troféus por participar das atividades, respeitando as regras impostas e vencendo “no esporte e na vida”, estimulando a percepção de que o respeito as regras no esporte pode conduzir ao sucesso na vida.





Ainda que os esforços tenham muita importância e legitimidade social, não nos parece viável acreditar que apenas o respeito às regras impostas pelo modelo tradicional esportivo, espelhado no modelo comercial de sucesso apresentado pela grande mídia, seja instrumento de uma efetiva transformação social. Não se deve cair na armadilha e acreditar que apenas através do esporte, é possível reverter um quadro maior de desigualdades sociais, fruto da sociedade capitalista, no entanto, algumas práticas podem ser revistas e consideradas como possibilidade de atuação alternativa a massificação do esporte enquanto instrumento de alienação social, valorizando a cultura corporal local, compartilhando saberes e estimulando a autonomia frente ao exercício do direito social ao esporte e ao lazer.

### **Esporte na periferia: por onde começar...**

Considerando a dificuldade de se operar a mudança do sistema a partir de instituições que o retroalimentam e, sabendo da carência de propostas e projetos alternativos na área esportiva dentro dessa perspectiva, pretende-se a seguir, apresentar algumas reflexões iniciais que possam contribuir com a elaboração de uma proposta de intervenção transformadora a partir do desenvolvimento do esporte.

Um primeiro aspecto para contribuir com esse debate encontramos no texto que ofereceu os subsídios para a 3ª Conferência Nacional da Juventude. Esse documento que deveria valorizar o esporte enquanto direito social, acaba por reproduzir muitos aspectos presentes na sociedade capitalista, especialmente a tendência de conceber o esporte enquanto um ambiente de igualdade de condições a todos aqueles que o praticam.

No entanto, mesmo o reconhecimento da atividade esportiva como um elemento importante para o desenvolvimento saudável pode trazer o risco de embutir uma visão bastante limitada sobre as possibilidades e o papel dessa temática, que é a visão do esporte como “tábua de salvação” para jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social. Nessa concepção equivocada, o esporte é visto como possibilidade de ascensão social por meio do ingresso no seleto grupo de atletas de alto rendimento, esquecendo-se de que este é um nicho bastante restrito e que, para cada caso de sucesso, fica para trás uma parcela grande de trajetórias frustradas (Brasil, 2015, p. 141).

O texto apresenta uma crítica ao entendimento comum do esporte enquanto redentor da juventude, ocultando assim a desigualdade de oferta de oportunidades para os jovens em conformidade com a sua realidade social. Considerando o esporte enquanto direito social, o texto apresenta uma série de programas e projetos realizados pelo Governo Federal destinados à juventude, no entanto, grande parte deles acaba por se estruturar sob os princípios do esporte de alto rendimento, reproduzindo os valores de competição e superação individual, proporcionando melhores condições somente àqueles que conseguem superar os desafios do esporte e da vida.



Um desses programas, entretanto, diverge dos demais, não adotando em regra a prática esportiva convencional ou a construção e reforma de equipamentos esportivos padronizados. Trata-se do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), desenvolvido pelo Ministério do Esporte a partir de 2003, e nasce com o compromisso de fortalecer os laços e a cultura corporal local, considerando a importância do esporte, mas definindo como prioridade as manifestações regionais e particulares de cada uma das localidades onde ele se instala (Brasil, 2017).

Dentre os objetivos do programa, merece destaque a intergeracionalidade, ou seja, o desenvolvimento de atividades para diferentes faixas etárias ao mesmo tempo; o estímulo à gestão participativa, valorizando o envolvimento das pessoas na construção e execução da política; a valorização da cultura local; a ressignificação dos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer; e a formação inicial e continuada de agentes comunitários de esporte e lazer, possibilitando a autonomia frente a execução da política (Brasil, 2017).

Importante salientar que, os objetivos acima apresentados, em grande parte, se opõem aos princípios do esporte tradicional, como por exemplo, o esforço individual, a divisão por faixas etárias e o respeito às regras internacionalmente estabelecidas. No entanto, como nos alerta Bracht (2005), ao mesmo tempo que o esporte pode ser considerado um instrumento de hegemonia, reforçando valores como a esportivização e a mercantilização da cultura corporal de movimento, em seu seio, ele carrega os elementos capazes de promover a resistência contra essa hegemonia.

Esses elementos podem ser verificados quando se promove a reflexão sobre os valores e práticas que acompanham o desenvolvimento do esporte, questionando o fato de como eles são apresentados como verdade absoluta. Um exemplo prático é a tendência observada nas grandes cidades brasileiras do abandono da prática do futebol nos campos de terra e terrenos baldios, em detrimento a um movimento intenso de ingresso em escolinhas de futebol, geralmente em campos de grama sintética, quase sempre vinculada a um grande clube de futebol nacional ou europeu. Muitas vezes, o estímulo do brincar e jogar pelo simples prazer do jogo, é substituído na criança por uma responsabilidade em vencer no esporte para conquistar uma condição melhor de vida para toda família.

Outro aspecto a ser questionado é a multiplicação de ONGs e entidades que utilizam o discurso redentor do esporte para angariar recursos junto às entidades governamentais, muitas vezes, ocupando um espaço deixado pelo poder público, mas exercendo uma atividade com finalidade privada, distorcendo o interesse público e afastando os mais vulneráveis do direito ao esporte enquanto cultura corporal.

Prevalece ainda um histórico desigual de investimentos do poder público no desenvolvimento do esporte, como podemos verificar em estudo realizado por Almeida e Marchi Júnior (2010), que avalia a trajetória de gastos em programas de esporte e lazer após a criação do Ministério do Esporte, em 2003. Os autores identificaram o tratamento diferente entre as possibilidades de desenvolvimento do esporte, privilegiando seus investimentos no esporte de alto rendimento em detrimento ao desporto educacional e de lazer.

Com o discurso do legado dos grandes eventos esportivos, iniciado a partir dos Jogos Pan-americanos do Rio em 2007, terminando com os Jogos Olímpicos em 2016, o governo



federal destinou praticamente a totalidade dos recursos do Ministério do Esporte para a construção de equipamentos esportivos e pagamento de bolsa a atletas, deixando de lado a formação e a massificação do esporte (Almeida & Marchi Júnior, 2010).

O principal aspecto a se questionar, além da distribuição desigual, são os critérios que orientam a sua distribuição, ora privilegiando clubes e federações já estruturados, ora investindo em municípios que já possuem boa estrutura esportiva, destinando quase sempre os recursos para ampliar e qualificar programas já existentes, tornando entidades e atletas mais competitivos, mas ignorando uma política de fomento e valorização da cultura esportiva local (Almeida & Marchi Júnior, 2010).

Verifica-se um abismo entre o pensado, como por exemplo, nos textos da Conferência da Juventude e de Programas como o PELC, para o realizado, visto que, quase a totalidade de recursos destinados ao esporte e ao lazer são direcionados para o esporte de elite, dificultando ainda mais o efetivo acesso ao direito constitucional ao esporte e ao lazer, especialmente para aqueles menos privilegiados economicamente, que por vezes, só podem se contentar com a participação enquanto torcedores, quando esta não é restringida também pelos altos valores de ingressos e pagamento de assinaturas de canais de televisão fechada.

Por fim, não se pode ignorar o fato de que, especialmente nos últimos anos, em que nosso país foi sede de grandes eventos esportivos, diferentes entidades esportivas receberam uma quantidade significativa de investimentos e espaço na grande mídia, demonstrando uma relação estreita do esporte com o poder econômico, poder esse representado pelas grandes multinacionais de diferentes áreas que associam suas marcas e recursos para promover o esporte de alto rendimento.

## Considerações finais

Frente a tais considerações, não é difícil perceber que as desigualdades presentes na sociedade, também se manifestam no mundo do esporte, principalmente quando tratamos das grandes modalidades esportivas praticadas no mundo todo, consideradas como elementos da vida econômica das nações, como por exemplo, o futebol.

O esporte que era considerado como algo inerente à cultura do brasileiro, presente nas periferias, nos campos de terra, capaz de colocar o excluído da sociedade em condição de igualdade com aquele que teve todas as condições necessárias a um bom desenvolvimento, já não encontra espaço em mundo globalizado, até nas periferias as “escolinhas” ocupam os lugares dos campos de várzea e a desigualdade se multiplica.

No âmbito das organizações esportivas (clubes, federações, confederações, etc.), a disputa de recursos públicos é cada vez maior, não para incentivar a formação de novos adeptos e amantes da modalidade, mas sim, para formar futuros atletas para serem negociados com grandes clubes internacionais, além de reproduzir fielmente a modalidade e a organização esportiva à semelhança do modelo europeu, ignorando as peculiaridades locais, mascarando



as desigualdades sociais e, por vezes, ocultando desvios e má utilização dos recursos que, em sua maioria, são públicos.

O legado dos grandes eventos esportivos não veio, parte significativa dos recursos se perderam nas mãos de dirigentes e políticos, e o restante, ou foi destinado a construção de grandes equipamentos que pouco servem nos dias de hoje, ou estimulou a supervalorização de atletas, afastando os pequenos patrocinadores e incentivadores do esporte local.

Cada vez mais o discurso e a ideologia capitalista se consolida utilizando o esporte, ou seja, valores que estimulam o papel do esforço individual, ignorando a desigualdade de oportunidades, deixam transparecer que as condições de vencer no esporte são as mesmas para todos, e que basta se dedicar e jogar o jogo respeitando as regras que é possível vencer, no esporte, e também na vida.

Não é simples apresentar um caminho capaz de se apresentar como alternativa a esse modelo, mas é fato que não se trata de um modelo justo, especialmente quando se verifica que as entidades esportivas, públicas ou privadas, se utilizam de recursos públicos para reproduzir na sociedade valores da classe dominante. No texto, apresentamos indícios de que diferentes instituições, tais como a escola, ONGs, clubes de futebol, e até entes governamentais, consciente ou inconscientemente, reproduzindo um discurso do esporte enquanto redentor dos problemas sociais, sem questionar ou refletir sobre.

Considerando que esse comportamento tende a contribuir para a manutenção do *status quo* vigente, de uma sociedade desigual e de um esporte que não exerce seu potencial de transformação social, acredita-se que o primeiro passo para mudar esse cenário seja questionar esses valores deturpados, apontando os prejuízos dessa relação com o esporte enquanto manifestação cultural humana, especialmente quando ocorre nas periferias das grandes cidades.

Compreender e reconhecer quais elementos do esporte não devem ser reproduzidos nas práticas esportivas das periferias, é o início de uma jornada em busca de se estabelecer um novo entendimento para a prática esportiva, concebida dentro de uma perspectiva emancipatória, autônoma, valorizando as diferenças regionais e a cultura local de cada uma das comunidades, nos permite vislumbrar a construção e fortalecimento de um esporte efetivamente da periferia.



## Referências

- Almeida, B., & Marchi Júnior, W. (2010). O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 A 2008). *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, 16(4), 73-92. doi: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.13103>
- Althusser, L. (1999). *Sobre a reprodução*. Vozes.
- Antonio, B., & Almeida, M. (2013). Reflexão: a importância do esporte na vida de crianças carentes. *Lecturas, Educación Física y Deportes*, 17(177). Recuperado de <http://www.efdeportes.com/efd177/esporte-na-vida-de-criancas-carentes.htm>
- Bracht, V. (1992). Esporte, Estado e Sociedade. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 10(2), 69-73.
- Bracht, V. (2005). *Sociologia Crítica do Esporte* (3rd ed.). Unijuí.
- Brasil. (2015). 3ª Conferência da Juventude: direitos da juventude: subsídios para o debate. *Secretaria Nacional de Juventude*. Recuperado de <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/185>
- Brasil. (2017). Diretrizes do Programa Esporte e Lazer da Cidade. *Ministério do Esporte*. Recuperado de [http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2017/edital\\_02\\_2017\\_diretriz\\_PELC.pdf](http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/2017/edital_02_2017_diretriz_PELC.pdf)
- Bruyne, P., Herman, J., & Sghoutheete, M. (1991). *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais* (5th ed.). Francisco Alves.
- Coletivo de Autores. (1992) *Metodologia do Ensino da Educação Física*. Cortez.
- Darido, S. (2003) *Educação Física na escola: questões e reflexões*. Guanabara Koogan.
- D'andrea, T. (2020). Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitos e sujeitos periféricos. *Novos estudos CEBRAP*, 39(1), 19-36. Epub June 10, 2020. doi: <https://dx.doi.org/10.25091/S01013300202000010005>
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6th ed.). Atlas.
- Guiraldelli Júnior, P. (1991). *Educação Física Progressista: a pedagogia crítico social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira*. Loyola.
- Mascaro, A. (2013). *Estado e forma política*. Boitempo.
- Minayo, M.C.S. (1994). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In Minayo, M.C.S. (orgs) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (pp. 9-29). Vozes.
- Oliveira, D., Souza, J., Moraes, M., & Caires, M. (2020). *Periferias insurgentes: ações culturais de jovens nas periferias de São Paulo*. (No prelo).



- Oliveira, D. (2016). Novos protagonismos midiáticos-culturais: a resistência a opressão da sociedade da informação. *REGIT*, 6(2), 21-41. Recuperado de <http://revista.fatecitaqua.edu.br/index.php/regit/article/view/REGIT6-A1>
- Pinto, R.N., & Oliveira, C.B. (2017). Esporte, infância e juventude despossuída: uma análise das ONG's como acontecimento discursivo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 39(1), 39-48. doi: <https://dx.doi.org/10.1016/j.rbce.2016.01.013>
- Santos, D. (2018). Futebol na Periferia: relações sociais e política na Baixada Fluminense - séculos XX e XXI. *Revista Mosaico*, 4(16), 41-47.
- Severino, A. (2007). *Metodologia do trabalho científico* (23th ed.). Cortez.
- Silva, S. (2018). O esporte como meio de resgatar e resguardar o jovem da prática do tráfico de drogas. *Conteúdo Jurídico*. Recuperado de <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51832/o-esporte-como-meio-de-resgatar-e-resguardar-o-jovem-da-pratica-do-traffic-de-drogas>
- Vianna, J., & Lovisollo, H. (2011). A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 25(2), 285-296. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32892017000100039&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892017000100039&lng=en&nrm=iso)